

Violência conjugal: Uma análise exploratória das potencialidades dos surveys de vitimização¹

Keli Rodrigues de Andrade

Pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG)

Este trabalho visa contribuir para a discussão sobre a produção de *surveys* de vitimização no Brasil, com base na análise de violência doméstica-conjugal nas pesquisas de *Vitimização de Belo Horizonte/2002* e *Belo Horizonte e Região Metropolitana/2006*. Discutem-se as possibilidades e as limitações do instrumento para contribuir com o aperfeiçoamento e a consolidação do método. Além disso, busca-se apreciar como a não determinação *a priori* das mulheres como vítimas pode contribuir para a análise da violência conjugal.

Palavras-chave: violência conjugal de gênero, *surveys* de vitimização, cifra oculta, Belo Horizonte.

The article **Marital violence: an explanatory analysis of the potentialities of the surveys on victimization** aims to contribute to the discussion on surveys on victimization in Brazil, based on the analysis of home-marital violence in two surveys applied in Brazilian state of Minas Gerais in 2002 and 2006. We intend to discuss the possibilities and limitations of this tool. Besides, we try to judge the way the non-determination of women as *a priori* victims helps the debate about marital gender violence.

Key words: marital gender violence, surveys on victimization, hidden figure, Belo Horizonte.

Introdução

A partir da análise das questões relativas à violência doméstica conjugal obtidas em duas edições da Pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte, realizadas pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG), uma no ano de 2002 e outra em 2006², este trabalho tem o objetivo de contribuir para a discussão sobre a metodologia de *surveys*, com relação à vitimização conjugal de gênero. Quais as possibilidades e os limites dos *surveys* de vitimização para a análise desse tipo de violência? Em que medida o desenho de pesquisa, isto é, a forma como as questões são formuladas e apresentadas aos respondentes, bem como a sua seleção, influencia nos resultados obtidos? Que mudanças nas perspectivas analíticas decorrem da utilização de um desenho que não privilegia as mulheres como vítimas?

Recebido em: 24/10/08

Aprovado em: 20/11/08

1 O presente trabalho é orientado pela professora Joana Domingues Vargas do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG, a quem agradeço pelas contribuições. Agradeço também, de maneira especial, aos graduandos em Estatística da UFMG Gustavo Henrique M. Assis, Fernanda Nogueira de Assis e Luciana Mara dos Santos, responsáveis por contribuições fundamentais para a realização deste.

2 A segunda pesquisa incorporou também outros nove municípios da Região Metropolitana de BH. Entretanto, neste estudo, são analisados apenas os dados referentes à capital do estado.

Sabe-se que no Brasil há poucos *surveys* e pesquisas a tratar especificamente da questão da violência doméstica e/ou da violência doméstica-conjugal. Entretanto, foram identificados trabalhos nacionais e internacionais que trazem elementos capazes de fomentar a discussão acerca desta temática. Estudos dessa natureza são importantes porque permitem análises da violência ocorrida em âmbito familiar. Os *surveys* de vitimização realizados em Belo Horizonte trazem elementos capazes de alargar a compreensão da violência conjugal de gênero, uma vez que as informações coletadas são representativas para a população geral, e principalmente porque disponibilizam dados sobre vitimizações domésticas vivenciadas por mulheres e homens. Por configurarem pesquisas comparativas, permitem ainda a verificação de modificações nas características do fenômeno na cidade de Belo Horizonte em momentos diferentes. No primeiro deles, “Pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte/2002”, foram entrevistadas cerca de 4.000 pessoas acima de 15 anos. A segunda “Pesquisa de Vitimização da Região Metropolitana de Belo Horizonte/2006” foi realizada com apoio da Secretaria de Estado de Defesa Social, e incorporou alguns dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, subindo o número de entrevistas para aproximadamente 6.000 pessoas acima de 15 anos³. As duas pesquisas proporcionaram a construção de bases de dados com informações detalhadas sobre a frequência e a natureza de diversos crimes, dentre eles: roubo, furto, estupro, violência sexual, violência doméstica-conjugal etc. Foram coletadas informações sobre a comunicação de tais eventos à polícia e, em caso positivo, qual a avaliação do atendimento prestado. Além disso, foi apurado o perfil das vítimas e dos agressores, o relacionamento existente entre vítima e agressor e as circunstâncias nas quais os crimes ocorreram. No segundo instrumento, buscou-se realizar aperfeiçoamentos no questionário, que, entretanto, manteve-se, comparável ao anterior.

Os *surveys* de vitimização

Surveys de vitimização são pesquisas realizadas a partir de amostras probabilísticas, sendo, portanto, representativas para o total da população analisada. Elas surgiram como tentativa de estimar o comportamento criminoso, utilizando técnicas independentes do processo que conduz ao crime oficialmente registrado (GOVE

³ Embora esta comparação tenha um caráter longitudinal, porque traz dados referentes a uma mesma localidade em períodos distintos, não se trata de um estudo de painel, já que as pessoas entrevistadas nas duas edições não são as mesmas.

et al., 1985 *apud* FJP, 1987). Além de uma série de perguntas sobre vitimizações sofridas, pode-se ainda identificar padrões sobre onde, quando e como as pessoas são vitimizadas, a distribuição das probabilidades de vitimização entre diferentes grupos sociais, e, finalmente, torna-se possível proceder a análises empíricas sobre os motivos que levam as vítimas a não relatarem as ocorrências à polícia. É possível deste modo proceder a um esclarecimento do papel da vítima na precipitação do crime mediante suas atitudes e comportamentos e exposição a riscos.

As primeiras pesquisas de vitimização⁴ surgiram nos Estados Unidos na década de 1960. Trouxeram ao campo da criminologia uma concepção bastante inovadora, na medida em que passaram a relacionar o comportamento das vítimas à ocorrência dos crimes. Assim, se até então as vítimas eram consideradas como “receptivos” passivos que simplesmente estavam em locais “errados” em horas “erradas” (SIEGEL, 2004), a partir daquele momento, estudos pioneiros mostraram como o comportamento das vítimas era importante na ocorrência de crimes. Mas, ainda assim, a não ser em estudos embasados em pesquisas de vitimização, a situação da vítima geralmente não é analisada em profundidade, apesar de seu comportamento ser componente fundamental para a consumação do ato criminoso e, portanto, também fundamental para a explicação da dinâmica em que o mesmo se dá.

Além da disponibilidade de dados detalhados sobre a vítima e o contexto social da vitimização (CANTOR, 2000), os *surveys* tornaram possível uma análise mais próxima da realidade (expressam melhor a quantidade e os tipos de ocorrências em relação aos crimes de determinado período), uma vez que permitem que sejam também identificadas e computadas ocorrências que deixaram de ser registradas oficialmente (“cifras ocultas”), sobretudo nos boletins de ocorrência policial e processos judiciais que foram durante muito tempo, e ainda são, as principais fontes de informações sobre crimes.

Diante do exposto, ainda que não se possam negar as novas e importantes possibilidades de análise da criminalidade e violência constituídas após a criação dos *surveys* de vitimização, existe a necessidade de aprimoramento da metodologia. Nesse sentido alguns estudiosos têm discutindo tanto o processo de desenvolvimento quanto os problemas e limitações da metodologia que persistem ao longo do tempo.

4 Uma das primeiras grandes pesquisas de vitimização foi realizada em Washington, no final da década de 1960, e partiu de uma demanda da U.S. President's Commission on Law Enforcement and Administration of Justice. Nela foram entrevistados 511 pessoas, residentes em três diferentes distritos policiais. O primeiro *survey* nacional de vitimização foi aplicado em 1966 pelo National Opinion Research Center (Norc), sob financiamento da mesma agência governamental da pesquisa na capital dos EUA. Neste caso, utilizou-se uma amostra de 10 mil domicílios.

Dentre os problemas geralmente apontados em estudos sobre a aplicabilidade dos *surveys*, identificam-se: aqueles relacionados à seleção dos entrevistados e à elaboração da ferramenta em si (nessa seara problematizam-se questões sobre a “adequabilidade” ou *cognocividade* das perguntas que compõem o questionário). Há questões sobre a possibilidade de ocorrência do chamado problema de memória (dificuldades do entrevistado em lembrar experiências de vitimização), ou o chamado “telescoping” (tendência por parte do entrevistado de relatar ocorrências anteriores ao período de referência determinado), e também dificuldades com relação à determinação do período de referência⁵. E há ainda problemas em relação à forma como o estudo é apresentado aos entrevistados, bem como em relação à forma como os dados obtidos são analisados, uma vez que, assumidas como descrições literais, as respostas podem tornar-se problemas conceituais. Estes podem acabar gerando controvérsias analíticas, e, embora tais controvérsias não sejam exclusivas dos estudos de vitimização, é preciso estar atento às diferenças que podem surgir nas taxas de crimes e conseqüentemente nas implicações que essas diferentes taxas terão ao serem utilizadas (CANTOR e LYNCH, 2000; STRAUS, 2005; SOARES, 2006). Vale ressaltar que muitas das dificuldades para a realização de pesquisas de vitimização relacionam-se à amostragem. Por serem estudos representativos, ou seja, por necessitarem de um número elevado de entrevistas, os *surveys* possuem um custo bastante elevado, de maneira que nem sempre as melhores alternativas de desenho, bem como de seleção da amostra, são viáveis, optando-se por adaptações. Aliada às demais dificuldades anteriormente citadas no percurso de aprimoramento da metodologia dos *surveys*, o alto custo pode ser visto como uma das principais dificuldades enfrentadas para a sistematização do uso de pesquisas de vitimização no Brasil. Enquanto em outros países, sobretudo Estados Unidos e Inglaterra, tem-se a reaplicação periódica de questionários de âmbito nacional⁶, o mesmo não ocorre em nosso país.

5 O período de referência indica ao entrevistado um limite de tempo para identificação das vitimizações. Geralmente são utilizados os seis ou os 12 meses que antecedem à entrevista. Porém, de acordo com Ca, ett *a.l* (2000), diferentes períodos de referência podem interferir nos resultados dos *surveys*. Geralmente aqueles que possuem períodos de referência mais curtos apresentam taxas mais elevadas.

6 São exemplos de *surveys* de abrangência nacional o National Family Violence Survey e o National Crime Victimization Survey, nos EUA, e o British Crime Survey, na Inglaterra e no País de Gales.

Surveys de vitimização no Brasil

À exceção de um suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), publicada no ano de 1988, contendo perguntas sobre situações de vitimização experimentadas pelos entrevistados, ainda não foi realizada no Brasil uma pesquisa de

vitimização de âmbito nacional de fato, embora, sobretudo no final dos anos 1990 e nesta década, muitos estudos regionais e locais tenham sido produzidos. Dentre estes se pode citar: o *survey* de vitimização realizado em oito cidades da América Latina, entre elas o Rio de Janeiro – Iser/1996; a pesquisa de vitimização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro FGV e Iser/1995-96; a pesquisa de vitimização da Região Metropolitana de São Paulo – Ilanud e ONU/1997; a Pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte – CRISP-UFMG/2002; a Pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte e Região Metropolitana – CRISP-UFMG /2006; e as Pesquisas de Vitimização das Cidades de Curitiba e Foz do Iguaçu – CRISP-UFMG e Sesp/2006. Identificaram-se ainda: a pesquisa “Atitudes e normas culturais frente à violência em cidades selecionadas da região das Américas” realizada em 1996 pelo Iser sob a coordenação da Pan-American Health Organization (PAHO), Projeto Activa-Rio de Janeiro, na qual foram entrevistadas 1.126 pessoas; a pesquisa “Lei justiça e cidadania: acesso à justiça, cultura política e vitimização no Rio de Janeiro”, elaborada pelo Centro de Pesquisa e Documentação, FGV, e o Iser, na qual foram entrevistadas 1.580 pessoas; a pesquisa “International Victimization survey”, realizada a RM de São Paulo no ano de 1997; e a pesquisa realizada em parceria entre o CRISP-UFMG (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG) e a SEDS (Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais).

Os *surveys* nacionais e a violência conjugal de gênero

No Brasil, não é incomum, dependendo da área de interesse, e/ou devido aos custos deste tipo de pesquisa, que os estudiosos acabem elegendo tipos específicos de crimes para compor a investigação, o que diminui o tamanho dos questionários e conseqüentemente o custo. Por conta disso, a análise fica limitada somente aos tipos de vitimização correspondentes aos crimes e violências predeterminados. É nesse ponto que se situa um dos principais entraves para o tema-alvo deste trabalho: a vitimização conjugal de gênero. Isso porque entre as pesquisas de vitimização realizadas no Brasil predominam os crimes de roubos, furtos, agressão física e sexual, invasão/roubo de domicílio (tentados e consumados). Mesmo naquelas pesquisas em que haja questões que captam a violência de âmbito familiar, as análises que delas se originam acabam privilegiando aqueles crimes (ANDRADE, 2005).

Não obstante, e aí reside um segundo ponto crítico dos estudos sobre violência doméstica, os próprios pesquisadores especializados neste tema (não somente brasileiros) fortalecem a dicotomização entre violências de âmbito público e privado, na medida em que colocam as mulheres previamente como vítimas dos crimes domésticos (GREGORI, 1993; ALVIM e SOUZA, 2004; REICHENHEIM *et al*, 2006; SOARES, 2006). Ademais, em alguns casos, o universo presente no desenho de pesquisa compreende apenas as mulheres, e, em outros, os dados referentes à vitimização masculina são negligenciados.

Não é difícil compreender a ocorrência de posturas analíticas como essas, sobretudo quando se observa que, aliada à tradicional vinculação da mulher ao espaço doméstico, a grande maioria das análises referentes à violência doméstica partiu de estudos conduzidos por feministas e/ou que tinham como foco de análise justamente a violência contra as mulheres. Nesse sentido, é comum a utilização das expressões “violência contra a mulher” e “violência doméstica” como se fossem sinônimos. Isso contribuiu para a dicotomia: violência do lar x violência urbana, a primeira tendo predominantemente como vítimas as mulheres, e a segunda, os homens. Vale salientar que a atribuição das vitimizações ocorridas no espaço doméstico quase que exclusivamente às mulheres acaba ainda tratando o fenômeno como se existisse apenas nas relações heterossexuais (NUNAN, 2003), ou seja, na maior parte das discussões propostas, a possibilidade de violência entre casais homossexuais (masculinos ou femininos), quando não é excluída, pelo menos não é aventada.

Pesquisas que tratam da vitimização doméstica no Brasil

No Brasil, as informações disponíveis sobre a vitimização conjugal são obtidas a partir de estudos menores e/ou com recortes temáticos mais restritos. Como já mencionado, a PNAD do ano de 1988 continha questões relativas à violência interpessoal e algumas outras que permitiam vislumbrar situações de violência contra a mulher. Entretanto, a forma como foram formuladas não permitia maiores refinamentos para identificação dos tipos de agressão. Em 2001, foi desenvolvida pela Fundação Perseu Abramo a pesquisa nacional “A Mulher Brasileira nos Espaços Públicos e Privados”. Mas, como já enfatizado, trata-se de pesquisa com dados referentes apenas ao universo feminino. O mesmo

ocorre com a pesquisa realizada entre 2001 e 2002 pela Organização Mundial de Saúde que entrevistou mulheres agredidas no município de São Paulo e na Zona da Mata pernambucana.

Mais recentemente, no ano de 2005, uma equipe do Departamento de Medicina Clínica da Universidade Federal do Ceará produziu uma pesquisa sobre a “Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros”. Naquele mesmo ano, o DataSenado produziu, por telefone, uma pesquisa nacional sobre a violência contra a mulher. Também em todos esses casos o recorte amostral abarcou apenas mulheres. Embora sejam dados importantes, são extremamente direcionados, não permitindo outras comparações seguras ou análises de contexto.

Em 2000, Reichenheim, e colegas, procedeu a uma investigação sobre a “Adaptação transcultural para o português do instrumento Revised Conflict Tactics Scales CTS2”⁷, utilizado para identificar violência entre casais. Procedeu-se a um estudo caso-controle sobre violência familiar durante a gestação e prematuridade da criança, sendo que em três maternidades públicas do Rio de Janeiro foram entrevistadas 774 mães⁸. Nos anos de 2002 e 2003 uma equipe multidisciplinar⁹ realizou em 15 capitais brasileiras e no Distrito Federal um estudo sobre violência entre parceiros íntimos. Tratou-se da aplicação do instrumento Conflict Tactics Scales(CTS), no qual foram entrevistadas 6.760 mulheres. Embora nestes trabalhos tenham sido entrevistadas apenas mulheres, as perguntas se referiam tanto a agressões sofridas quanto a agressões por elas praticadas, o que, diferentemente dos estudos anteriormente citados, traz informações sobre o fenômeno de uma maneira mais global e relacional.

Possibilidades e limites dos *surveys* de vitimização doméstica

Como vimos, nem todos os dados referentes a situações de violência em âmbito familiar no Brasil provêm propriamente de pesquisas de vitimização. Baseando-me nos exemplos acima, quero argumentar que um dos problemas dos dados provenientes das pesquisas que buscam mensurar a vitimização conjugal reside no fato de a população-alvo abranger apenas mulheres, reforçando a compatibilização entre violência doméstica conjugal e violência contra a mulher. E isso se dá não apenas no Brasil. No ano 2000, a Secretaria de Estado de Defesa da Mulher do governo francês, buscando captar a violência vivencia-

7 A CTS2 é uma escala de táticas de conflito componente de um conjunto amplo de instrumentos de identificação de violência familiar elaborado pelo Family Research Laboratory (EUA). Esta escala é proveniente de uma adaptação da CTS1 proposta por Straus et al. (1996).

8 Outras discussões sobre o tema, bem como os dados computados no estudo caso-controle, podem ser encontrados em Reichenheim ME et al, 2006.

9 Equipe formada por membros do Instituto de Medicina Social e do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Coordenação de Prevenção e Vigilância do Instituto Nacional de Câncer do Rio de Janeiro, da Escola Nacional de Saúde Pública e da Fundação Oswaldo Cruz.

da em diferentes esferas da vida (espaço público, profissional, familiar) e em diferentes níveis (agressões verbais, psicológicas, físicas e sexuais) encomendou ao Instituto de Demografia da Universidade de Paris I a primeira pesquisa sobre o tema. Foram entrevistadas, por telefone, quase sete mil mulheres com idade entre 20 e 59 anos. Como argumenta Menezes (2005, p.185) a publicação dos dados “causou surpresa e provocou um verdadeiro choque. Não somente descobria-se a extensão do problema, como se podia constatar que as mulheres na França corriam mais risco dentro de suas próprias casas do que no espaço público ou no local de trabalho.”

Embora estudos como esses tenham imenso valor para dar visibilidade ao problema da violência ocorrida entre parceiros íntimos, a atenção centrada nas vítimas do sexo feminino acaba gerando dados que não podem ser estudados de forma relacional, embora esse tipo de violência tenha necessariamente tal caráter. Assim, em vez de contextualizar e mensurar o fenômeno da violência doméstica conjugal, tentando captar todos os seus aspectos e possibilidades, maximizando sua fidedignidade, os dados produzidos acabam gerando uma visão parcial que apenas comprova a existência da violência doméstica-conjugal contra a mulher (SOARES, 2006). Nesse sentido, estudos de gênero demonstram certa fragilidade, pois neles apenas as mulheres têm a chance de expor as agressões sofridas (ALVIM e SOUZA, 2004). E surge também como importante dificuldade para as pesquisas sobre violência doméstica conjugal no Brasil a utilização de ferramentas desenvolvidas em outros países (REICHENHEIM *et al.*, 2002). Isso possibilita realizar comparações. Entretanto, é sabido que não basta que a adaptação da ferramenta proceda a uma simples tradução das perguntas originais. Os estudiosos devem atentar para a importância da avaliação da equivalência semântica e transcultural, uma vez que a comparação internacional de dados relativos a um mesmo fenômeno pode ser bastante produtiva para sua compreensão. O caso da violência familiar (aí incluída a violência conjugal) é um bom exemplo.

Outros problemas relativos aos estudos sobre violência conjugal de gênero, que poderão ser mais bem abordados em outra oportunidade, relacionam-se à formatação das questões e ainda ao modo como o questionário é apresentado ao respondente, que podem ser fatores a interferir nos resultados. Como evidencia Straus (2005) por meio da comparação

entre os resultados sobre violência entre parceiros íntimos obtidos no *National Family Violence Surveys* e no *National Crime Victimization Survey*, percebeu-se uma enorme diferença nas taxas de agressões. Tal diferença pode ser explicada justamente pelo fato de a segunda pesquisa ser apresentada como um estudo de crime, fazendo com que as ocorrências domésticas não sejam enquadradas pelos respondentes, o que não acontece na abordagem proposta pelo *National Family Violence Surveys*. Nesse mesmo sentido, como aponta Soares (2006), diferentes ênfases, abordagens, bem como variações nos tipos de perguntas e pesos atribuídos a diferentes formas de violência, podem revelar diferenças na comparação dos resultados de pesquisas diversas.

Outro ponto refere-se ao fato de que esta temática aborda diretamente questões sensíveis, e isto pode ser um fator dificultador para obtenção de respostas durante as entrevistas. O que se quer dizer é que, por se tratar de um tipo de violência na grande maioria das vezes recorrente e praticada por pessoas de convívio íntimo, sobre as quais a vítima alimenta sentimentos de afeição, pode haver um maior constrangimento, desejo de proteger o agressor e/ou mesmo receio quanto à possibilidade de revelação das agressões (FELSON *et al.*, 2002).

Os limites e as vantagens das Pesquisas de Vitimização em Belo Horizonte, 2002 e 2006

Assim como os demais estudos que contemplam questões relativas à violência conjugal no Brasil, as Pesquisas de Vitimização em Belo Horizonte de 2002 e 2006 apresentam algumas limitações. Embora alguns detalhes tenham sido aprimorados entre a primeira e a segunda versão, ainda há necessidade de complementação no instrumento. Em primeiro lugar, o limite mais importante nas duas versões diz respeito à inexistência de perguntas sobre quais as reações das vítimas diante das agressões, sobretudo se elas procuraram ou não a polícia, por que não o fizeram, e, se chegaram a fazê-lo, qual a avaliação do atendimento prestado, como há em todas as demais baterias. Como vimos, uma das contribuições fundamentais das pesquisas de vitimização é justamente permitir uma análise empírica que evidencie os elementos que levam as vítimas a não relatar o crime a polícia.



Um segundo ponto que merece discussão sobre possíveis impactos negativos para a coleta dos dados é a posição que a bateria de violência doméstica conjugal ocupa no questionário. Ela compõe as últimas questões aplicadas na entrevista. Podem ser depreendidas daí duas consequências: em primeiro lugar, a impressão de que esta é uma bateria de importância menor se comparada a outros tipos de vitimização; em segundo lugar, visto que a entrevista é longa, o entrevistado pode estar cansado, perdendo a concentração e conseqüentemente comprometendo a qualidade da informação repassada.

Um terceiro limite identificado nos questionários refere-se ao fato de que, embora haja duas opções com relação à frequência da agressão – a) aconteceu uma vez; e b) aconteceu mais de uma vez –, a impossibilidade de fazer uma contagem real da frequência de vitimizações prejudica a compreensão da magnitude do fenômeno.

Finalmente, o *survey* apresenta ainda uma limitação no que diz respeito à possibilidade da constatação de violência conjugal entre casais homossexuais. Isso porque, embora estes não tenham sido discriminados nas entrevistas, a ausência de uma questão que identifica o caráter homossexual da relação faz com que a análise das respostas automaticamente seja referenciada a relacionamentos heterossexuais. Assim, se uma mulher diz que seu parceiro a agrediu presume-se automaticamente que este seja do sexo masculino e vice-versa.

Ponto positivo muito importante das pesquisas de vitimização de Belo Horizonte diz respeito ao cuidado na construção da bateria de violência doméstica conjugal. Baseada no instrumento denominado CTS1 (Conflict Tactics Scales), desenvolvido na década de 1970 por Straus *et al.*, sua adaptação para o português passou não apenas pela tradução dos itens, mas procedeu ao teste de equivalência semântica e transcultural¹⁰. O formato escalar da bateria leva em conta tanto reações de mediação de conflito quanto os tipos de violência perpetrada pelos parceiros, seja ela psicológica ou física, partindo da menos para a mais grave, e ainda se a vitimização ocorreu apenas uma vez ou se foi recorrente.

Outro ponto positivo na ferramenta é o fato de que a aplicação da bateria não se restringiu apenas às pessoas oficialmente casadas. Foram questionados todos aqueles respondentes que mantiveram algum relacionamento amoroso que durou pelo menos 30 dias durante o período de referência, equivalente a 12 meses.

10 Ver: Hasselmann MH, Reichenheim ME. "Adaptação transcultural da versão em português das Conflict Tactics Scales Form R (CTS-1) usada para aferir violência no casal: Equivalências semântica e de mensuração". In: Cad Saúde Pública 2003; 19:1083-1093. Outras informações acerca das CTS podem ser obtidas no site da Universidade de New Hampshire.

Ou seja, foram consideradas todas as possibilidades de relação íntima passíveis de serem palco de violência doméstica conjugal.

Uma vez que a população-alvo foi composta por amostras probabilísticas e representativas para a cidade de Belo Horizonte, a reaplicação do questionário permite a realização de comparações longitudinais. Em outras palavras, a situação do fenômeno pode ser mensurada em períodos de tempo diferentes, podendo evidenciar sua evolução, ainda que não se trate de uma pesquisa no formato painel. Finalmente, torna-se possível ainda a comparação do fenômeno na cidade de Belo Horizonte e em outras cidades nas quais se utilizou o mesmo padrão de questões, como foi o caso de Curitiba e Foz do Iguaçu (2006) e Rio de Janeiro (2006).

Vê-se, pois, que, não obstante todas as limitações, os aspectos positivos reforçam as possibilidades de análise sobre a violência conjugal de gênero disponibilizadas pelos dados provenientes dessas pesquisas. Para o presente estudo, destaca-se o fato de que os dados coletados pelas pesquisas em questão apontam resultados bastante interessantes para discussão da violência doméstica conjugal. Trata-se de um estudo que abordou homens e mulheres, o que por sua vez possibilita observar o fenômeno da violência doméstica conjugal sem definir a priori qual o sexo das vítimas dos agressores. Isso dá ao estudioso a possibilidade de acesso a dados coletados de forma imparcial, o que facilita o desenvolvimento de uma análise global do problema de pesquisa.

Tal desenho, com a inclusão de homens e mulheres, permitiu, desde a primeira versão em 2002, observar a existência de uma vitimização masculina considerável, ainda que culturalmente não esperada (STRAUS, 2005), sobretudo entre violências de baixa e média intensidade, e entre homens de idade mais avançada, o que já apontava uma “novidade” com relação aos tradicionais estudos de violência conjugal que não consideram a possibilidade da vitimização masculina (ANDRADE, 2005). Foram verificados dados semelhantes em 2006.

Finalmente, como argumentado anteriormente, uma das grandes contribuições dos *surveys* de vitimização é a obtenção de informações que reflitam, melhor que os dados oficiais (denunciados à polícia), as vitimizações que de fato ocorreram em um determinado local e um determinado período de tempo. Assim, os resultados obtidos mostram que a “cifra oculta” também apresentou aumento entre os anos estudados. Se, em 2002,



as ocorrências de violência doméstica conjugal em BH geradoras de lesão corporal, registradas no Anuário Estatístico da Polícia Civil de Minas/2001, representaram apenas 1,33% das ocorrências de violência doméstica conjugal geradoras de lesão corporal perpetradas naquele ano, em 2006, as ocorrências, registradas pelo mesmo Anuário para 2005, representaram apenas 0,78% das ocorrências de lesão corporal perpetradas nesse ano.

Conclusões

Como acabamos de ver, ao mesmo tempo que ocorre um incremento na quantidade e intensidade de vitimizações domésticas conjugais em BH entre os anos de 2002 e 2006, diminui o número de denúncias formais. Aprofundar a reflexão sobre esses achados é fundamental, pois, se por um lado eles podem refletir um aumento real na violência entre parceiros íntimos, por outro podem indicar uma mudança na interpretação e na sensibilidade do que seja um ato de violência doméstica conjugal. Pode-se pensar que as inúmeras campanhas contra a violência doméstica veiculadas, bem como o questionamento sobre valores machistas, podem estar facilitando o reconhecimento dos conflitos domésticos enquanto formas de violência, assim como facilitando o reconhecimento da vitimização, inclusive por parte dos homens. Se assim for, este reconhecimento, entretanto, não implica, sobretudo por parte dos homens, na formalização da denúncia.

Por fim, vale ressaltar que caso houvessem sido incluídas nos questionários variáveis que questionassem as vítimas sobre se fizeram ou não a denúncia das agressões domésticas conjugais; assim como os motivos para não denúncia, tornar-se-ia mais rica a discussão sobre os motivos do aumento da “cifra oculta.”

Diante dos dados aqui apresentados, vêem-se as grandes potencialidades dos *surveys* de vitimização, instrumentos capazes de trazer novas informações que ajudem na compreensão da violência doméstica conjugal. Eles também evidenciam a necessidade do aprofundamento das discussões desenvolvidas tanto por estudiosos quanto por gestores públicos e pela sociedade em geral no sentido compreender e enfrentar esse tipo de fenômeno.

Referências

- ALVIM, Simone. F. [e] SOUZA, Lídio. (2004). *Homens, Mulheres E Violência*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Noos.
- BLAY, Eva. A. (2005), “A Violência de Gênero no Âmbito Familiar e Suas Repercussões na Relação de Trabalho”. I Congresso Internacional Sobre Mulher, Gênero e Relações de Trabalho. Goiânia GO. Disponível online em: www.usp.br/nemge/textos_violencia_violencia_genero_Blay.pdf
- CANTOR David [e] LYNCH, P. (2000), “Self- Report *Survey* as Measures of Crime and Criminal Victimization”. *Criminal Justice*, volume 4.
- FELSON, Richard. B. *et al* (2002), “Reasons for reporting and not reporting Domestic Violence To The Police”. EBSCO Publishing.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. (1987), *Indicadores sociais de criminalidade*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.
- HASSELMANN, Maria Helena [e] REICHENHEIM, Michel E. (2003), “Adaptação transcultural da versão em português das “Conflict actics Scales Form R” (CTS-1) usada para aferir violência no casal: equivalências semânticas e de mensuração”. *Cad Saúde Pública*; 19:1083-1093.
- Marcadas a Ferro. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. (p. 185)
- MORAES, C.L.& HASSELMANN, M.H.& REICHENHEIM, Michael. E. (2002), Adaptação transcultural para o português do instrumento “Revised Conflict Tactics Scales (CTS2)” utilizado para identificar violência entre casais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18(1), pp. 163-176, janeiro-fevereiro.
- NUNAN, Adriana (2003), *Homossexualidade: Do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansarai, Dissertação.

- PEIXOTO, Betânia T. (2003), *Determinantes da Criminalidade no Município de Belo Horizonte*. Dissertação – Centro de desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Pesquisa Nacional. Núcleo de Opinião pública. (2001), *A mulher brasileira nos espaços públicos e privado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- REICHENHEIM Michael E. *et al.* (2006), “Magnitude da violência entre parceiros íntimos no Brasil: retratos de 15 capitais e Distrito Federal”. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 22(2), pp. 425-437.
- SOARES, Bárbara M. (2006). *A Violência Doméstica e as Pesquisas de Vitimização*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- STRAUS, Murray.A. (2004) *Women’s Violence Toward Men is a Serious Social Problem*. In D.R. Loseke, R. J. Gelles & M. M. Cavanaugh (Eds.), *Current controversies on family violence*, 2nd Edition. Newbury Park: Sage Publications. 376 páginas